



COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIA

Ordinária

REUNIÃO DO DIA 19 DE JUNHO DE 2019

10:00 Horas

ORDEM DO DIA

1. Aprovação da proposta de Ordem do Dia.
2. Aprovação de atas.
3. Comunicações do Presidente.
4. Audiência à DECO - 10H00 (Confirmada).
5. Apreciação e votação de parecer de iniciativas legislativas:
 - Proposta de Lei n.º 196/XIII/4.^a (GOV), que "Autoriza o Governo a criar um sistema de recolha, registo e análise de dados sobre a ciência e tecnologia".Deputado relator: Álvaro Batista (PSD)
6. Discussão de Projetos de Resolução:
 - Projeto de Resolução n.º 2159/XIII/4.^a (PCP) - Recomenda ao Governo a tomada de medidas para o incremento do programa de hortícolas e de frutas e simplificação dos procedimentos no que respeita ao regime escolar.
7. Discussão na Comissão de Projetos de Resolução (nova baixa):
 - Projeto de Resolução n.º 2051| XIII| 4, do PSD, "Ensino Superior para filhos de emigrantes portugueses".
 - Projeto de Resolução n.º 2055| XIII| 4, do CDS-PP, "Recomenda ao Governo que clarifique procedimentos para captar candidatos lusodescendentes e emigrantes para as instituições de ensino superior portuguesas.
8. Aprovação do relatório final de petições:



-Petição nº 614/XIII/4 - FENPROF - Federação Nacional dos Professores " Solicitam a revisão do Decreto-Lei n.º 75/2008, de 22 de abril, que aprova o regime de autonomia, administração e gestão dos estabelecimentos públicos da educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário".

Deputada Relatora: M.ª Augusta Santos (PS)

-Petição n.º 598/XIII/4.ª, de FENPROF - Federação Nacional dos Professores e APROTED - Associação de Professores de Teatro Educação, Solicitam a adoção de medidas com vista à vinculação e integração na carreira de docente da área de Teatro e a criação do respetivo grupo de recrutamento.

Deputada relatora: Ana Sofia Bettencourt (PSD)

9. Redação final relativa ao texto final que resultou das Apreciações Parlamentares n.ºs 67/XIII/3.ª (BE) e 68/XIII/3.ª (BE) , relativas ao Decreto-Lei n.º 54/2018, de 6 de julho, que Estabelece o regime jurídico da educação inclusiva.